

Bolsa Escola passa no teste e é recomendada pela Unesco

16 JUL 1998

Estudo inclui programas de outros estados e vira livro sobre eficácia de programas de renda mínima vinculada à educação

Karla Mendes
Da equipe do Correio

Um estudo realizado por dois organismos internacionais e uma organização não-governamental brasileira mostra que a Bolsa Escola reduz o trabalho infantil, a evasão e a repetência entre os alunos beneficiados. O resultado da pesquisa virou livro, *Bolsa-escola, melhoria do ensino e redução da pobreza*, que será lançado em breve. A estratégia de vincular educação a um programa de renda mínima para a população carente foi considerada bem-sucedida e será divulgada em outros países.

O objetivo do trabalho, realizado em conjunto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Polis), foi analisar o impacto educacional do programa. "Queríamos evidência da eficácia do programa", revela o coordenador de projetos da Unesco no DF, Júlio Ja-

cobo Waiselfisz.

Entre novembro de 1997 e fevereiro de 1998, foram ouvidos no Distrito Federal 1.027 alunos (bolsistas e não bolsistas), além de mães que recebem benefícios, pessoas desligadas e não aceitas no programa e educadores. Os resultados foram positivos. "Julgamos que é um programa que está dando certo", avalia Júlio Jacobo, que foi o coordenador técnico da pesquisa.

RENDA MÍNIMA

De acordo com ele, a Unesco não se ocupará em divulgar especificamente a experiência do Distrito Federal, e sim a estratégia de condicionar a um programa de renda mínima a permanência na escola de crianças e jovens de baixa renda. O livro, que está em fase de finalização, traz um resumo das experiências similares que estão sendo realizadas em Campinas, Recife, Belém, Belo Horizonte, Recife, Macapá e Vitória.

"Essa é uma estratégia relativamente econômica, que pode substituir outros programas gerais de combate à pobreza", avalia Júlio Jacobo,

referindo-se às diferentes experiências de bolsa-escola. Ele considera que esse tipo de programa tem duplo efeito positivo: a melhoria da renda familiar e o incentivo à educação. "Houve uma melhoria substantiva e substancial do desempenho escolar dos alunos beneficiados pela Bolsa Escola", elogia.

Segundo ele, a pesquisa mostrou que, no Distrito Federal, houve uma redução drástica da evasão e repetência dos alunos bolsistas, que eram, antes de ingressarem no programa, recordistas em abandono e reprovação. O índice de repetência, em 1996, dos alunos que não recebem o benefício foi 17,7% contra 8,9% dos que participam do programa.

No quesito aproveitamento escolar, o desempenho de quem recebe Bolsa Escola melhorou. Os avaliadores da Unesco aplicaram testes simultâneos de Português, Matemática e Ciências em estudantes de 4ª série e verificaram que o desempenho dos alunos beneficiados foi praticamente igual aos demais. "O desempenho escolar está relacionado com o nível sócio-econômico. Só o fato de esses alunos terem se equiparado ao restante da média é um grande avanço", avalia.

COM PRAZER

Entre os pontos positivos do programa, ele destaca o acompanhamento

escolar do aluno feito pela família, a redução do trabalho infantil e o aumento do gosto pela escola. "A pesquisa revelou que os bolsistas têm mais prazer em ir para as aulas", ressalta. Apenas 1% dos estudantes beneficiados pela Bolsa Escola trabalham, contra 7% dos que não estão no programa.

O resultado da pesquisa acabou por fazer o governador Cristovam Buarque mudar o decreto do programa. O estudo da Unesco recomendou a reavaliação do tempo de duração do benefício e uma melhor comunicação com as famílias beneficiadas. A pesquisa mostrou que existe uma insegurança muito grande com a avaliação anual das famílias beneficiadas e muita gente deixa de comprar bens, como eletrodomésticos, para continuar recebendo a Bolsa Escola. "A maioria das famílias tem um nível baixo de instrução. Isso estava prejudicando a compreensão dos nossos critérios de avaliação", justifica a coordenadora técnica do programa, Marisa Pacheco.

O novo decreto, publicado no dia 6 de julho, estendeu o prazo mínimo de permanência de um para dois anos. Para tirar as dúvidas da população, a Secretaria de Educação colocou à disposição o telefone 0800-61-1998. "A avaliação das famílias é permanente", avisa Marisa Pacheco.